

Caiado insiste em gerais-88

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

16
O presidente da União Democrática Ruralista (UDR) Ronaldo Caiado, afirmou, ontem, que a UDR apóia integralmente as emendas apresentadas pelo Centrão ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. Caiado, que encerra seu mandato à frente da entidade no dia 27 de março, defendeu o presidencialismo, mandato de quatro anos para Sarney e seus sucessores, com eleições gerais neste ano. Disse que não é candidato a presidente da República, mas pretende influir nas eleições presidenciais a partir do trabalho de articulação da UDR com o Movimento Democrático Urbano (MDU), entidade civil que reúne diversos segmentos sociais nas cidades. O MDU, segundo ele, deverá cumprir, no meio urbano, o que a UDR realizou no meio agrário.

O presidente da UDR informou que a entidade, em conjunto com diversas organizações nacionais e regionais que integram a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, irá apresentar ao governo e aos constituintes projeto de lei agrícola que deverá estar concluído até o final de fevereiro, para ser apreciado durante a votação das leis ordinárias. Reunião com este objetivo foi realizada na sede da Confederação Nacional da Agricultura, no início da tarde de quinta-feira, em Brasília.

Caiado visitou ontem o articulador do Centrão, Roberto Cardoso Alves, acamado, "como médico e amigo". E nada quis adiantar sobre o andamento das investigações que estão sendo feitas pela Secretaria de Segurança de Goiás, com o acompanhamento da Polícia Federal, sobre a ameaça de seqüestro e morte que ele próprio denunciou ao diretor-geral do DPF, Romeu Tuma, em dezembro. "Se falar mais sobre este assunto, posso prejudicar a mim mesmo."

O projeto de lei agrícola, segundo Caiado, conterá as propostas que a UDR tiver para o setor por um período de três a quatro anos. Nesta lei, deverá estar incluído dispositivo que garanta às entidades de produtores a participação em colegiado que definiria os parâmetros para po-



Julio Fernandes - 7/587

Caiado apóia todas as emendas apresentadas pelo Centrão

líticas de estocagem, de preços mínimos, de exportação, entre outras. Este projeto, destacou, está em fase embrionária. Até 15 de fevereiro, segundo contou o presidente da UDR as entidades do setor agrícola deverão entregar sugestões para o estabelecimento de uma política global. Entre os dias 15 e 25, uma equipe de juristas redigirá a forma final.

Sobre o regime de governo a ser definido pela Constituinte, Ronaldo Caiado disse que "no Brasil, atualmente, o parlamentarismo não tem condições de sobreviver. Por isso, defendemos eleições gerais em 1988 e quatro anos para todos os presidentes". O presidente da UDR salientou que somente defenderá quatro anos

com eleições gerais. "Os políticos e os partidos atuais não representam o povo. Numa eleição direta, hoje, 70% do Congresso seria alterado."

Reforçando a tese de que os partidos não representam o povo, Caiado manifestou-se favorável ao lançamento de candidatos à Presidência da República livremente, podendo concorrer não somente aqueles indicados nas convenções partidárias. Evitou mencionar se a UDR simpatiza com alguns dos presidentiáveis cujos nomes vêm sendo citados pela imprensa. "Nomes não serão referendados nas convenções dos partidos. Vamos esperar o momento oportuno para tomar posição de apoio a alguém, que poderá surgir de um gran-

de movimento que defenda os reais interesses do povo."

Esse movimento, segundo Caiado, poderá ser proporcionado pela articulação de uma base rural com uma base urbana, representadas, respectivamente, na ação da UDR, à qual se somaria o MDU. O presidente da UDR disse, no entanto, que nem a UDR nem o MDU pretendem atuar como partidos políticos e que a questão dos partidos, para ele, só será objeto de estudo depois da aprovação da lei partidária pela Constituinte. Diferentemente da UDR, que representa um segmento social específico, o MDU, informou Caiado, deve reunir diversas classes sociais, desde operários até industriais e comerciantes.

A UDR apóia sem restrições as emendas apresentadas pelo Centrão. "Até onde li, não há qualquer sugestão de alteração. As emendas atendem às solicitações de todos os homens que têm posição liberal, contestam a interferência do Estado na economia e vêm ao encontro das aspirações da nação, ao preservar a livre iniciativa."

Segundo Caiado, a UDR não programou, ainda, nenhuma mobilização de produtores para pressionar a Constituinte, nessa fase. Informou, no entanto, que a entidade deve-se fazer presente, "da forma mais conveniente", nas votações sobre a política agrícola e a reforma agrária. "Se for necessário, iremos mostrar que existe apoio de toda a classe de produtores rurais a isso que foi redigido pelo Centrão."

O presidente da UDR não é candidato à reeleição para presidente da entidade. "Já tenho dado parcela grande de sacrifício pela união dos produtores rurais. Deve surgir mais de uma pessoa com capacidade superior e tempo maior para ocupar o cargo." Sobre uma possível candidatura à Presidência da República, ironizou: "Quando a UDR se fortaleceu na minha região, disseram que eu seria candidato a deputado federal, quando cresceu no Estado, insinuaram que seria candidato a governador. Agora, que a UDR é expressão nacional, dizem que serei candidato a presidente da República. Não sou, mas seremos um grande cabo eleitoral".

16 JAN 1988